



A primeira mesa de debates do III Fórum Nacional sobre Câncer: tecnologia, interdisciplinaridade e suporte ao paciente – promoveu a discussão de políticas públicas e responsabilidade social, incorporação de tecnologia e habilitação de produtos, história do tratamento de câncer no Brasil e os problemas causados pelo câncer pediátrico no País. Durante o discurso de abertura, a presidente do Instituto Brasileiro de Ação Responsável, Clementina Moreira Alves, comemorou a realização do evento. “Isso é fazer gestão pública-privada de qualidade”, disse.

Ao desenvolver sua temática, Clementina reforçou a necessidade de haver propostas de ação que promovam a segurança da saúde dos doentes de câncer. “Cada cidadão brasileiro precisa ter acesso à prevenção e assistência para tratamento do câncer. Quero destacar o quão esse processo é apartidário, pois esse debate às vésperas de nossas eleições mostra comprometimento de cada um presente aqui”, agradeceu. Segundo Clementina, o Fórum não deve apresentar soluções para todos os problemas. “Mas com certeza sairemos fortalecidos, com diretrizes de políticas públicas e reforços do que já existe hoje”, completou. O diretor de Normas e Habilitação dos Produtos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Rogério Scarabel Barbosa afirmou que se trata de um grande desafio trabalhar na regulação do setor. “Hoje a ANS atende uma em cada quatro pessoas no Brasil, possui 779 operadoras médico-hospitalares e mais de 18 mil planos de saúde em comercialização. Os números assistenciais desse mercado são extremamente significativos”, explicou.

Especificamente em relação ao tratamento oncológico, Scarabel mostrou que a ANS realizou aproximadamente 1 milhão de consultas, 2,3 milhões de quimioterapias e 175 mil internações. “No setor de saúde suplementar, o tratamento do câncer é objeto de atenção desde a publicação do marco regulatório estabelecido pela Lei nº 9656/98. Desde 2004, a ANS busca atuar em consonância com as políticas empreendidas pelo Ministério da Saúde e diretrizes estabelecidas pelo Inca. Reconhecemos que, para se alcançar um quadro de saúde com redução da ocorrência dos cânceres em geral, será necessário o fortalecimento do sistema da saúde”, afirmou.

Entre 2008 e 2017, houve expressiva redução do número de fumantes que fazem uso de planos de saúde. “A ANS também considera fundamental a participação dos profissionais de saúde na orientação dos pacientes e indução de hábitos saudáveis. Esse encontro contribui

para formação de políticas públicas para um tratamento digno e efetivos” concluiu Scarabel.

A chefe de gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde (MS), Maria Inez Gadelha, fez uma avaliação do histórico do tratamento do câncer no Brasil, com ênfase no atendimento da rede pública de saúde. “A evolução e as conquistas no tratamento se deram graças à mobilização da sociedade. Em 1998 surgiu a primeira norma específica para tratamento do câncer não cirúrgico, ou seja, a quimioterapia e a radioterapia. Hoje, o Brasil conta com 305 hospitais habilitados em oncologia. Lutamos muito para que os serviços isolados fossem integrados aos serviços hospitalares para controle do câncer”.

Logo após esse processo, Maria Inez lembrou que grandes estados brasileiros começaram a interiorizar o atendimento especializado. “Com isso os gestores estaduais do Sistema Único de Saúde (SUS) tinham que se adaptar às regras e aos prestadores de serviço e oferecer qualidade, e os primeiros serviços de qualidade para a população foram a mamografia e a radioterapia”, informou. “Essa é uma das sequências que felizmente o Brasil pôde viver sem interferências políticas ou partidárias. Nada nem ninguém fez parar essa evolução, porque a população precisava. Em 2008 houve ainda uma ampliação nos serviços, com diretrizes nacionais para rastreamento do câncer de mama, por exemplo”, completou.

Maria Inez, que é uma das maiores conhecedoras do assunto na atualidade, informou que em 2010 houve revisão completa dos procedimentos da cirurgia oncológica. “Por fim, o que temos programado e executado para este ano é uma nova revisão dos procedimentos de cirurgia oncológica, pois a tecnologia avançou muito, e houve alteração dos modelos de procedimentos que envolvem a radioterapia. Estamos em constante evolução e nunca abdicamos das evidências técnicas e científicas que embasem nosso trabalho”, finalizou.

Por fim, a médica e diretora do Hospital da Criança de Brasília José Alencar, Isis Maria Magalhães, alertou sobre a falta de interesse dos laboratórios privados em combater o câncer pediátrico. “Difícilmente esse tipo de câncer é lembrado nesses fóruns nacionais. É um tipo de doença com uma biologia muito distinta do adulto, mais agressiva e de crescimento acelerado”, lamentou Isis, que pediu mais investimentos em medidas de prevenção.

Para ela, há responsabilidade maior ainda por parte dos pediatras, pois esta é a primeira causa de morte na pediatria nos dias atuais. “Se temos uma possibilidade de cura em países estrangeiros, nós temos a responsabilidade de trazer para o Brasil. A leucemia linfóide aguda é um exemplo de câncer muito agressivo que precisa de protocolos bem fundamentados, não podemos tratar crianças com câncer de forma isolada e fragmentada. Entendemos que a oncologia pediátrica não é lucrativa economicamente e, portanto, é dever do Estado promover o tratamento adequado, por mais que parceiros e famílias façam a sua parte”, encerrou.

### **Mesa técnica**

Após a mesa de abertura, os trabalhos seguiram com a mesa técnica. Os especialistas apresentaram novas ideias da medicina baseadas em evidências aplicadas na oncologia, aspectos regulatórios dos medicamentos e suporte aos pacientes. Os técnicos trocaram ideias sobre os seguintes pontos: a importância do diagnóstico precoce e a garantia do tratamento adequado; a garantia de recursos para ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento; a

Medicina baseada em evidências aplicada à oncologia; aspectos regulatórios dos medicamentos oncológicos e o suporte ao paciente com câncer.

Participaram da mesa, o médico toxicologista da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Jorge Saýde, o presidente executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Pedro Bernardo, a fundadora e diretora-executiva do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz de Camargo Barros, o médico e coordenador-geral de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Sandro Martins, a Dra. Karime Kalil Machado, médica do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês (Unidade Brasília) e o médico oncologista da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Daniel Marques.      RP/TC